



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: Secretaria da Câmara.

Trata de estudo técnico preliminar sobre a necessidade de aquisição de serviços de transmissão das reuniões da Câmara nas plataformas digitais, manutenção dos equipamentos eletrônicos (computadores, notebooks e impressoras) e marketing digital para Câmara Municipal de Liberdade.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE Art. 18, §1º, I

Considerando a necessidade de garantir maior transparência e acesso da população às atividades legislativas, justifica-se a contratação de profissional para prestação de serviços de transmissão das reuniões da Câmara Municipal nas plataformas digitais, permitindo que os munícipes acompanhem em tempo real os debates e deliberações realizadas no plenário.

Além disso, é essencial a manutenção contínua dos equipamentos eletrônicos utilizados nas atividades administrativas e legislativas, tais como computadores, notebooks e impressoras, garantindo o pleno funcionamento dos serviços da Casa Legislativa.

Por fim, a gestão e produção de conteúdo para as mídias digitais, por meio de estratégias de marketing digital, contribui significativamente para a divulgação institucional da Câmara Municipal, aproximando o Legislativo da comunidade e fortalecendo a comunicação pública.

Diante do exposto, a contratação torna-se necessária e de interesse público, visando a modernização, eficiência e transparência dos trabalhos legislativos.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO Art. 18, §1º, II

A contratação encontra-se alinhada ao planejamento da administração, constando no Plano de Contratação anual, após devida alteração e atualizando através da autorização da autoridade competente.

Destaca-se que o Plano de Contratação Anual ainda se encontra em fase de construção, e será publicado assim que finalizado, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO Art. 18, §1º, III



A despesa decorrente desta contratação ocorrerá, com emissão prévia da nota de empenho da Câmara Municipal de Liberdade, conforme dotação orçamentária disponível.

Como é sabido, as contratações públicas devem ser precedidas de licitação, assegurada, especialmente, a igualdade de competição entre os concorrentes. Desta forma, em regra, toda aquisição deve ser precedida de licitação, que, atualmente, pode ser regida pela Lei n. 14.133/2021, as quais regulamentam o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública. Daí, legítimo concluir que o dever de licitar é imperativo constitucional imposto a todos os entes da Administração Pública.

Porém, a lei indica hipóteses nas quais o procedimento licitatório não é exigido. Nessas hipóteses, chamadas de contratação direta, a aquisição prescinde da realização de prélio licitatório prévio.

A natureza do objeto deste ETP dadas suas características, enquadra-se em serviços comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, devido ao valor poderá, portanto, ser contratado por meio da Dispensa conforme.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS Art, 18, §1º, IV

Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD.
01	Prestação de serviços de operação técnica de áudio do Plenário da Câmara Municipal durante as sessões ordinárias, extraordinárias e sessões solenes, com Transmissão ao vivo via rádio, Facebook, Instagram e demais redes sociais, através do aplicativo de transmissão Open Broadcasts Software (OBS Studio). *Realizar a transmissão de todas as sessões plenárias, ordinárias e extraordinárias, que serão comunicadas previamente com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, devendo o profissional se apresentar duas horas antes do horário marcado para início da sessão.	mens.	12
02	Prestação dos serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática (microcomputadores, servidores, notebooks, impressora /copiadora /scanner - a laser e correlatos) e na rede de computadores, incluindo revisão geral, limpeza e substituição de componentes que serão fornecidos pela Câmara. O serviço de manutenção inclui a configuração e ativação de todos os softwares necessários ao funcionamento dos equipamentos, bem como serviços de rede, inclusive cabeamentos, necessários ao funcionamento dos equipamentos de informática da Contratante, em equipamentos que já componham o acervo patrimonial da Câmara ou que venha a ser adquirido na vigência do contrato. *Na prestação dos serviços, deverão ser realizadas, no mínimo, duas visitas técnicas mensais no horário de expediente da Câmara, para realização das manutenções preventivas e corretivas.	mens.	12



3	Gestão de mídias digitais da Câmara Municipal , compreendendo a criação, produção e publicação de conteúdos gráficos e informativos relacionados às reuniões ordinárias e extraordinárias, avisos institucionais, eventos oficiais, datas comemorativas e demais comunicações de interesse público. Inclui, ainda, a atualização e manutenção das redes sociais e demais plataformas digitais oficiais da Câmara Municipal de Liberdade – MG, garantindo a adequada divulgação e transparência das ações legislativas e administrativas.	mens.	12
---	--	-------	----

As quantidades foram elaboradas sobre a atual necessidade identificada pela Câmara Municipal de Liberdade. Para as unidades e especificações de itens presentes na tabela são justificadas com base na necessidade da contratação.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO Art. 18, §1º, V

Todas as contratações, mesmo aquelas que não decorrem de um procedimento licitatório prévio, devem apresentar a justificativa de preço do contrato. A Administração deve sempre zelar pela razoabilidade do valor proposto, de modo a preservar o princípio da economicidade.

Considerando o acima exposto e, conforme elementos indicados, fica constatada a compatibilidade do preço com os do mercado.

Importante ressaltar para fins de justificativa dos preços a serem contratados comando legal contida na Lei nº 14.133/2021, em seu art. 72, inc. VII, c/c art. 23, § 4º:

(...)

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

(...)

VII - justificativa de preço;

(...)

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

§ § 1º *No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço*



aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

(...)

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

A média de preços utilizada foi obtida com base em orçamentos de fornecedores locais e em contratos de serviços similares, considerando que os valores apresentados por fornecedores de cidades próximas estavam significativamente elevados, o que poderia resultar em superfaturamento. Tal decisão está devidamente respaldada pelos orçamentos anexos, que comprovam a razoabilidade dos preços praticados, abaixo apresentamos os valores que foram utilizados (exposto os itens de maneira resumida):

MÉDIAS CONTRATUAIS – ITEM 1 (TRANSMISSÃO DE REUNIÕES)			
Locais	Carlos Eduardo da Silva ME	IConception ME	Câmara Municipal de Chalé-MG
PREÇOMENSAL	R\$ 900,00	R\$ 800,00	R\$ 700,00
MÉDIAMENSAL	R\$ 800,00		
MÉDIA ANUAL	R\$ 9.600,00		

MÉDIAS CONTRATUAIS – ITEM 2 (MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS)			
Locais	Carlos Eduardo da Silva ME	IConception	Câmara Municipal de Cachoeira de Pajeú
PREÇOMENSAL	R\$ 500,00	R\$ 450,00	R\$ 500,00
MÉDIAMENSAL	R\$ 483,34		
MÉDIA ANUAL	R\$ 5.800,08		

MÉDIAS CONTRATUAIS – ITEM 3 (MARKETING)			
Locais	Carlos Eduardo da Silva ME	IConception	Painel de Preços
PREÇOMENSAL	R\$ 400,00	R\$ 350,00	R\$ 493,00
MÉDIAMENSAL	R\$ 414,34		
MÉDIA ANUAL	R\$ 4.972,08		



Sendo assim, o custo estimado da contratação é **R\$ 20.372,16 (vinte mil, trezentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos)**, atende aos preceitos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, **conforme orçamentos em anexo.**

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO Art. 18, §1º, VI

Para criar uma solução eficaz para a contratação dos serviços pela Câmara Municipal, é importante abordar todos os aspectos relacionados ao processo, desde a seleção dos prestadores até o acompanhamento da execução dos serviços. A seguir, uma descrição detalhada da solução como um todo:

1. Identificação das Necessidades:

Foi realizada uma análise das necessidades da Câmara Municipal, considerando a contratação de serviços especializados em transmissão das reuniões nas plataformas digitais, manutenção de equipamentos eletrônicos (computadores, notebooks e impressoras) e marketing digital, identificando os requisitos técnicos e operacionais essenciais.

2. Orçamento e Planejamento:

Foram levantados orçamentos com base em contratos semelhantes e análise de preços praticados no mercado local, a fim de planejar os custos e estabelecer um cronograma adequado para início e acompanhamento da execução dos serviços.

3. Seleção de Prestadores:

A seleção dos prestadores foi realizada com base na reputação, experiência comprovada e qualidade dos serviços ofertados, garantindo que as exigências técnicas da Câmara Municipal sejam plenamente atendidas.

4. Acompanhamento e Qualidade:

Será realizado o acompanhamento contínuo da execução dos serviços, assegurando que estejam em conformidade com os padrões de qualidade, prazos e especificações acordadas no contrato.

Seguindo essa solução, a Câmara Municipal poderá gerenciar de forma eficiente a contratação dos serviços, assegurando a adequada execução e a boa utilização dos recursos públicos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O CANCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO Art. 18. § 1º VIII

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no inciso V, alínea "b" do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala.



9. RESULTADOS PRETENDIDOS Art. 18. § 1º IX

Os resultados pretendidos para a compra dos para a Câmara Municipal podem incluir uma variedade de serviços específicos e considerações importantes. Alguns deles são:

1. Qualidade: Os Os serviços de transmissão das reuniões, manutenção dos equipamentos eletrônicos e marketing digital devem apresentar elevado padrão de qualidade, assegurando eficiência e confiabilidade nas atividades da Câmara.

2. Atendimento aos Requisitos: Os serviços devem atender plenamente às necessidades e especificações técnicas estabelecidas pela Câmara Municipal, garantindo o suporte adequado para o desenvolvimento de suas atividades institucionais.

3. Custo-Benefício: A contratação deve priorizar o melhor custo-benefício, respeitando os princípios da economicidade e da eficiência, sem comprometer a qualidade e a efetividade dos serviços prestados.

4. Cumprimento de Prazos: A execução dos serviços deverá respeitar os prazos estabelecidos, especialmente em relação às transmissões das reuniões e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, evitando prejuízos ao funcionamento da Câmara.

Esses são os resultados almejados para a contratação dos serviços, visando aprimorar a atuação da Câmara Municipal e garantir a continuidade dos serviços públicos com qualidade e responsabilidade.

5. PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO Art. 18. § 1º X

Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, visto que não há necessidade de capacitação de fiscais e/ou gestores de contrato ou de adequação do ambiente da organização.

6. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES Art. 18. § 1º XI

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser contratadas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação. No presente caso, entendemos não haver para o objeto em questão a previsão de contratação correlata e nem interdependente.

7. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTO Art. 18. § 1º XII

Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos



CÂMARA MUNICIPAL DE LIBERDADE-MG
Avenida Ministro Barbosa Lima, 280 - CEP 37350-000

CNPJ 01.606.530/0001-40

(32) 3293-1119 | licitacao@camaraliberdade.mg.gov.br

legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

8. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE Art. 18. § 1º XIII

Diante do levantamento técnico, consultando as áreas pertinentes e pesquisando as soluções para atendimento da demanda, o presente estudo técnico considerou adequada a contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Declaro viável esta contratação em razão de ser de suma importância para a aplicação de novo planejamento que visa melhorar a eficiência administrativa.

9. ANEXOS

São anexos a este Estudo Técnico Preliminar as cotações das empresas e a análise de riscos da contratação.



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo 07/2025

Dispensa 06/2025

1 – OBJETO E PREÇO ESTIMADO

1.1. Contratação de serviços de transmissão das reuniões da Câmara nas plataformas digitais, manutenção dos equipamentos eletrônicos (computadores, notebooks e impressoras) e marketing digital, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento para Câmara Municipal de Liberdade:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD.
01	<p>Prestação de serviços de operação técnica de áudio do Plenário da Câmara Municipal durante as sessões ordinárias, extraordinárias e sessões solenes, com Transmissão ao vivo via rádio, Facebook, Instagram e demais redes sociais, através do aplicativo de transmissão Open Broadcasts Software (OBS Studio).</p> <p>*Realizar a transmissão de todas as sessões plenárias, ordinárias e extraordinárias, que serão comunicadas previamente com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, devendo o profissional se apresentar duas horas antes do horário marcado para início da sessão.</p>	mens.	12
02	<p>Prestação dos serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática (microcomputadores, servidores, notebooks, impressora /copiadora /scanner - a laser e correlatos) e na rede de computadores, incluindo revisão geral, limpeza e substituição de componentes que serão fornecidos pela Câmara. O serviço de manutenção inclui a configuração e ativação de todos os softwares necessários ao funcionamento dos equipamentos, bem como serviços de rede, inclusive cabeamentos, necessários ao funcionamento dos equipamentos de informática da Contratante, em equipamentos que já componham o acervo patrimonial da Câmara ou que venha a ser adquirido na vigência do contrato.</p> <p>*Na prestação dos serviços, deverão ser realizadas, no mínimo, duas visitas técnicas mensais no horário de expediente da Câmara, para realização das manutenções preventivas e corretivas.</p>	mens.	12
3	<p>Gestão de mídias digitais da Câmara Municipal, compreendendo a criação, produção e publicação de conteúdos gráficos e informativos relacionados às reuniões ordinárias e extraordinárias, avisos institucionais, eventos oficiais, datas comemorativas e demais comunicações de interesse público. Inclui, ainda, a atualização e manutenção das redes sociais e demais plataformas digitais oficiais da Câmara Municipal de Liberdade – MG, garantindo a adequada divulgação e transparência das ações legislativas e administrativas.</p>	mens.	12



CÂMARA MUNICIPAL DE LIBERDADE-MG
Avenida Ministro Barbosa Lima, 280 - CEP 37350-000

CNPJ 01.606.530/0001-40

(32) 3293-1119 | licitacao@camaraliberdade.mg.gov.br

1.2. O propósito desta contratação não se caracteriza como a aquisição de serviços de luxo, mas sim como elementos essenciais para garantir o funcionamento adequado desta Casa Legislativa, visto que os itens são imprescindíveis para a Câmara Municipal.

1.3. O custo estimado total da contratação destes itens é **R\$ 20.372,16 (vinte mil, trezentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD.	VALOR * UNITÁRIO	VALOR* TOTAL
01	Prestação de serviços de operação técnica de áudio do Plenário da Câmara Municipal durante as sessões ordinárias, extraordinárias e sessões solenes, com Transmissão ao vivo via rádio, Facebook, Instagram e demais redes sociais, através do aplicativo de transmissão Open Broadcasts Software (OBS Studio). *Realizar a transmissão de todas as sessões plenárias, ordinárias e extraordinárias, que serão comunicadas previamente com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, devendo o profissional se apresentar duas horas antes do horário marcado para início da sessão.	mens.	12	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00
02	Prestação dos serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática (microcomputadores, servidores, notebooks, impressora /copiadora /scanner - a laser e correlatos) e na rede de computadores, incluindo revisão geral, limpeza e substituição de componentes que serão fornecidos pela Câmara. O serviço de manutenção inclui a configuração e ativação de todos os softwares necessários ao funcionamento dos equipamentos, bem como serviços de rede, inclusive cabeamentos, necessários ao funcionamento dos equipamentos de informática da Contratante, em equipamentos que	mens.	12	R\$ 483,34	R\$ 5.800,08



CÂMARA MUNICIPAL DE LIBERDADE-MG
Avenida Ministro Barbosa Lima, 280 - CEP 37350-000

CNPJ 01.606.530/0001-40

(32) 3293-1119 | licitacao@camaraliberdade.mg.gov.br

	já componham o acervo patrimonial da Câmara ou que venha a ser adquirido na vigência do contrato. *Na prestação dos serviços, deverão ser realizadas, no mínimo, duas visitas técnicas mensais no horário de expediente da Câmara, para realização das manutenções preventivas e corretivas.				
3	Gestão de mídias digitais da Câmara Municipal , compreendendo a criação, produção e publicação de conteúdos gráficos e informativos relacionados às reuniões ordinárias e extraordinárias, avisos institucionais, eventos oficiais, datas comemorativas e demais comunicações de interesse público. Inclui, ainda, a atualização e manutenção das redes sociais e demais plataformas digitais oficiais da Câmara Municipal de Liberdade – MG, garantindo a adequada divulgação e transparência das ações legislativas e administrativas.	mens.	12	R\$ 414,34	R\$ 4.972,08
				TOTAL:	R\$ 20.372,16

1.4. Os preços médios foram obtidos conforme pesquisas de mercado anexas ao processo de dispensa, observada as prescrições do art. 23, §1º, V da Lei 14.133/2021.

2 – DO PRAZO E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da Assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço unitário** (pagamento mensal) pela execução dos serviços, desde que atendida a carga horária mínima semanal.

3 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando a necessidade de garantir maior transparência e acesso da população às atividades legislativas, justifica-se a contratação de profissional para prestação de serviços de transmissão das reuniões da Câmara Municipal nas plataformas digitais, permitindo que os munícipes acompanhem em tempo real os debates e deliberações realizadas no plenário.



Além disso, é essencial a manutenção contínua dos equipamentos eletrônicos utilizados nas atividades administrativas e legislativas, tais como computadores, notebooks e impressoras, garantindo o pleno funcionamento dos serviços da Casa Legislativa.

Por fim, a gestão e produção de conteúdo para as mídias digitais, por meio de estratégias de marketing digital, contribui significativamente para a divulgação institucional da Câmara Municipal, aproximando o Legislativo da comunidade e fortalecendo a comunicação pública.

Diante do exposto, a contratação torna-se necessária e de interesse público, visando a modernização, eficiência e transparência dos trabalhos legislativos.

3.2. A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, tendo em vista que o valor apresentado encontra-se dentro dos limites legais.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. **Subcontratação:** A princípio não é admitida a subcontratação do objeto contratual, com exceção de prévia comunicação e aceite pelo órgão pagante

4.2. **Garantia da contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto que serão pagos apenas os serviços efetivamente executados.

4.3. **Vistoria:** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. **ITEM 1:** A prestação do serviço consistirá na operação técnica de áudio no Plenário da Câmara Municipal durante as sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, com a transmissão ao vivo via rádio, Facebook, Instagram e demais redes sociais, utilizando o aplicativo Open Broadcasts Software (OBS Studio). O profissional deverá realizar a transmissão de todas as sessões plenárias previamente comunicadas com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência, devendo comparecer ao local com antecedência mínima de 2 (duas) horas antes do horário previsto para o início da sessão, garantindo a preparação e o pleno funcionamento dos equipamentos necessários.

5.2. **ITEM 2:** A prestação dos serviços de assistência técnica em equipamentos de informática deverá contemplar a manutenção preventiva e corretiva de microcomputadores, servidores, notebooks, impressoras, copiadoras, scanners e correlatos, bem como a infraestrutura de rede da Câmara Municipal. O serviço incluirá a revisão geral, limpeza, substituição de peças (fornecidas pela Câmara), configuração e ativação de softwares essenciais, além de eventuais serviços de rede, como instalação e manutenção de cabeamentos. O atendimento será realizado mediante, no mínimo, duas visitas técnicas mensais durante o expediente da Câmara, assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos e a continuidade dos trabalhos legislativos.



5.3. **ITEM 3:** A gestão das mídias digitais da Câmara Municipal compreenderá a criação, produção e publicação de conteúdos gráficos e informativos voltados às reuniões ordinárias, extraordinárias, avisos institucionais, eventos oficiais, datas comemorativas e demais comunicados de interesse público. O serviço inclui a atualização contínua e a manutenção das redes sociais e demais plataformas digitais oficiais da Câmara Municipal de Liberdade-MG, promovendo a divulgação adequada das ações legislativas e administrativas, garantindo a transparência e o fortalecimento da comunicação com a população.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF ou Cadastro de Fornecedores do Município.

6.10. Serão exigidos toda regularidade fiscal exigida no SICAF (ou Cadastro Fornecedores do Município), caso esses documentos não estejam regularizados no mesmo.

7 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

7.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.9. Para fins de habilitação, deverá o interessado enviar os seguintes documentos para o email: licitacao@camaraliberdade.mg.gov.br, em arquivos separados, juntamente da proposta:

- Cartão CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica.
- CPF e RG, no caso de pessoa física.
- Contrato Social ou certificado de MEI, no caso de Pessoa Jurídica.
- Certidão Negativa de Débitos Federais.
- Certidão Negativa de Débitos Estadual.



- Certidão Negativa de Débitos Municipal.
- Certidão Negativa de Débitos FGTS, no caso de Pessoa Jurídica.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.
- Certidão de Falência e Concordata, no caso de Pessoa Jurídica.

8 – GESTOR DO CONTRATO

8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.2. O gestor do contrato acompanhará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso

9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Serão pagos os serviços efetivamente executados.

9.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10. PRAZO DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis no mês subsequente.

10.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



10.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.6. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11 - DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO NO CONTRATO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTOS CONTÍNUOS

11.1. Em consonância ao artigo 107, da Lei 14.133/2021, em se tratando de contratos de serviços e suprimentos contínuos pode-se prorrogar sucessivamente, desde que respeitem o prazo máximo de dez anos e que a possibilidade de prorrogação esteja prevista no edital.

11.2. A continuidade do contrato está condicionada à comprovação, pela autoridade competente, de que as condições e os preços praticados permaneçam vantajosos para a Administração.

11.3. Se em conformidade com o artigo 107 da Lei 14.133/2021, poderá haver a prorrogação contratual.

12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Liberdade, MG para o exercício de 2025, na seguinte dotação: 3.3.90.40.00.1.01.01.01.031.0010.2.0001 1.500.000- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

Liberdade, 28 de abril de 2025.

Jani de Almeida Landim
Agente Legislativo IV

Luiz Antônio Lamim
Presidente da Câmara Municipal de Liberdade, MG